

O LUGAR DAS DISCUSSÕES DE GÊNERO NA FORMAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS DO PARANÁ

Tânia Gracieli Vega Incerti *
Glacielli Thaiz Souza de Oliveira**
Lindamir Salette Casagrande***

Resumo

Este artigo tem por finalidade apresentar o resultado de uma pesquisa cujo objetivo foi identificar, nos cursos de Serviço Social presenciais do Paraná, qual o *locus* de discussão das relações de gênero na formação acadêmica das/os estudantes. Para o alcance desse objetivo, esta pesquisa, terá como técnica a aplicação de questionário virtual às/aos coordenadoras/es de curso de Serviço Social do Paraná. Esse questionário conta com 14 perguntas abertas e fechadas. Quanto à estrutura, este artigo está dividido em três momentos. No primeiro, traremos um breve relato da categoria gênero através de autoras/es que discutem a temática. No segundo, abordaremos um retrato histórico da construção do Serviço Social e os encontros e desencontros com o debate de gênero. O terceiro momento, será destinado as análises dos dados a partir das respostas obtidas junto as/aos Coordenadoras/es dos cursos de Serviço Social presencial no Paraná, referenciando o questionamento de qual é o *locus* de discussão de gênero nesses cursos. Acreditamos que essa discussão permeia toda a sociedade, especialmente as políticas públicas e está imbuída nos princípios do Código de Ética Profissional de 1993, assim, as questões de gênero, se constituem como exigências e demandas ao Serviço Social. Desta forma, a discussão e análise desse tema são fundamentais para a eliminação de práticas que expressem valores de desigualdades entre o homem e a mulher, desrespeito aos direitos sociais e deve fazer parte da formação acadêmica das/os profissionais em Serviço Social.

Palavras - chave: Serviço Social; Relações de Gênero; Formação Acadêmica.

Abstract

The purpose of this article is to present the results of a survey aimed at identifying, in the traditional courses of Social Work of the state of Paraná, which is the *locus* of discussion of gender relations in the academic formation of the students. To achieve this goal, this research will use the virtual questionnaire application technique to the courses coordinators of Social Work of the state of Paraná. This questionnaire has 14 open and closed questions. As for the structure, this article is divided into three moments. In the first moment, we will bring a brief report of the gender category by authors that discuss this topic. In the second moment, we will cover a historical picture of the construction of social work and the similarities and differences with the gender debate. The third moment will be for the analysis of data from the responses obtained with the coordinators of traditional Social Work courses in Parana, referencing the questioning of what is the gender discussion *locus* in these courses. We believe that this discussion permeates the entire society, especially public policies and is imbued within the principles of the Code of Professional Ethics of 1993, so, the gender issues constitute itself as requirements and demands to the Social Work. Therefore, the discussion and analysis of this issue is critical to the elimination of practices that express values of inequalities between men and women, disrespect for social rights and should be part of the academic formation of the professionals in Social Work.

Key – words: Social Work. Gender Relations. Academic formation.

* Instituição/Afiliação: Instituto Federal do Paraná. Doutoranda em Tecnologia e Sociedade (PPGTE/UTFPR); Mestra (2017) em Tecnologia e Sociedade pelo PPGTE/UTFPR. Especialista em Gestão de Políticas, Programas e Projetos Sociais pela PUCPR e em Serviço Social: Direitos e Competências pela UNB. Graduada em Serviço Social (2003) pela UNIOESTE. Atualmente é assistente social do Instituto Federal do Paraná e Pesquisadora do Núcleo de Gênero e Tecnologia - GETEC/UTFPR.

** Instituição/Afiliação: Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Doutoranda em Tecnologia e Sociedade (PPGTE/UTFPR); Mestra (2017) em Tecnologia e Sociedade pelo PPGTE/UTFPR; Especialista em Questão Social em uma Perspectiva Interdisciplinar (UFPR); Graduação em Serviço Social (UNIBRASIL); Professora do Curso de Serviço Social (UNIBRASIL); Pesquisadora dos grupos de estudos GETRAVI e GETEC.

***. Instituição/Afiliação: Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pós-doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos pelo PPGNEIM/UFBA (2015). Mestra (2005) e doutora (2011) em Tecnologia pelo PPGTE/UTFPR e graduada em Ciências com habilitação em Matemática pela Fundação de Ensino Superior de Pato Branco (1990). Professora de Matemática do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (ingresso em 1994 e aposentada em 2017) e professora do PPGTE desde 2014. Atua nas seguintes áreas: educação, relações de gênero, Gênero, Ciência e Tecnologia e ensino de Matemática. Tem experiência em cursos de formação de professores na temática gênero e diversidade. Coordenadora editorial dos Cadernos de Gênero e Tecnologia. Pesquisadora do Núcleo de Gênero e Tecnologia - GeTec.

INTRODUÇÃO

Analisar a realidade social utilizando-se da categoria gênero é fundamental para compreender as relações de poder entre homens e mulheres, mulheres e mulheres e homens e homens. Partindo dessa premissa, acreditamos que discutir as relações de gênero durante a formação acadêmica das/os assistentes sociais é fundamental para que as/os futuras/os profissionais compreendam a realidade a partir de um contexto permeado por contradições, desigualdades e preconceitos.

Nesse sentido, esse artigo tem por finalidade apresentar os resultados de uma pesquisa que tem como objetivo central identificar, nos cursos de Serviço Social presenciais do Paraná, qual o *locus* de discussão das relações de gênero na formação acadêmica das/os estudantes. Tendo em vista a necessidade de inclusão da discussão sobre as relações de gênero no processo de formação profissional das/os assistentes sociais, esta pesquisa, se faz de suma importância. Isso se justifica especialmente quando consideramos que a matéria prima de trabalho das/os profissionais de Serviço Social tem sua concretização nas expressões da questão social e essas, muitas vezes, trazem em seu bojo um viés de gênero. Dessa forma, esta pesquisa pode auxiliar na ampliação do debate em relação aos desafios contemporâneos postos para a formação profissional.

Destaca-se ainda que no Serviço Social a discussão acerca de gênero está garantida no projeto Ético Político da profissão que se materializa no Código de Ética de 1993, através do princípio fundamental VIII que estabelece a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e **gênero**” (CFESS, 1993, p. 24, grifos nossos). O mesmo Código de Ética ressalta a questão de gênero também no princípio XI “Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, **gênero**, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, **identidade de gênero**, idade e condição física”. (CFESS, 1993, p. 24, grifos nosso).

Nesse contexto, percebe-se que gênero se constitui como uma temática transversal em relação ao conteúdo da formação das/os estudantes de Serviço Social. Sendo

assim, se salienta que grande parte da categoria profissional é constituída por mulheres o que torna significativo, no processo de constituição histórica da profissão, a consideração desse percurso, também como uma história das mulheres. Ainda se destaca o campo de trabalho da categoria profissional em dispositivos públicos e privados que em sua maioria trabalha com a implementação, formulação e execução de políticas públicas em setores tais como, assistência social, saúde, sócio jurídico, habitação, dentre outros. Esses espaços sócios ocupacionais vivenciam no seu cotidiano expressões de gênero explícitas ou implícitas.

Desse modo, a *práxis* profissional das/os assistentes sociais deve estar embasada em respostas e ações que contemplem um conhecimento sobre a questão de gênero. Entretanto, se faz necessária a compreensão do significado de gênero para além das diferenças biológicas entre homens e mulheres.

Nesta linha de reflexão, esta pesquisa, está dividida em três momentos. No primeiro trataremos uma breve reflexão sobre a categoria gênero embasada em autoras/es que discutem a temática. No segundo abordaremos um retrato histórico da construção do Serviço Social e os desencontros e encontros com o debate de gênero. O terceiro momento, será destinado à análise dos dados de questionário aplicado junto às/aos Coordenadoras/es dos cursos presenciais de Serviço Social no Paraná, referenciando especialmente o questionamento de qual é o *locus* de discussão de gênero nesses cursos.

1. GÊNERO: UMA CATEGORIA DE E PARA A ANÁLISE

A história do desenvolvimento da sociedade humana foi narrada quase sempre pelos homens e a identificação dos homens com a “humanidade” tem tido como resultado, quase sempre, o desaparecimento das mulheres dos registros do passado. (SCOTT, 1992, p. 39, grifos da autora).

Por muito tempo o caminho histórico da mulher foi silenciado e negligenciado, reforçando e regularizando a divisão da sociedade no público e no privado. O público se constituía de aspectos políticos e econômicos e o privado estava restrito à esfera doméstica, familiar (PINTO, 1992), essa sendo socialmente reservada às mulheres. Tal como posto por Maria Amélia de Almeida Teles (2006), ainda hoje convivemos com resquícios

patriarcais que comumente estimulam preconceitos contra a população feminina, e seus valores encontram-se introjetados na mentalidade e nas práticas políticas estatais, educacionais e em vários outros setores da sociedade, produzindo efeitos prejudiciais de marginalização especialmente para as mulheres.

Com o advento do movimento feminista, a historicidade das mulheres trabalhadoras começa a ser vislumbrada e a luta por igualdade social toma corpo e agrega a construção de novos conhecimentos junto ao campo acadêmico, primeiramente nas ciências sociais que tinham um viés androcêntrico (MATOS, 2009) e também em questões do cotidiano da classe operária feminina.

Retomando a contribuição teórica de Heleieth Saffioti (1988), mencionada por Vanessa Bezerra de Souza e Renato Veloso (2015) é importante destacar que, ao observarmos as relações de gênero, não podemos perder de vista as implicações da divisão sexual do trabalho¹ presente nessa análise, pois:

[...] as imbricações políticas das relações entre os sexos com as relações entre as classes sociais têm consequências dramáticas para a classe trabalhadora, demonstrando que a desatenção quanto à divisão sexual do trabalho pode levar suas lutas à derrota. (SOUZA; VELOSO, 2015, p. 63)

Danièle Kergoat (1996) ratifica que ao se falar em gênero/relações sociais de sexo, o conceito de divisão sexual do trabalho deve vir à tona, pois a partir desta se visualiza o poder que os homens exercem sobre as mulheres. Conhecer e compreender essa dinâmica se faz fundamental para uma/um profissional que trabalha com a realidade social.

Neste sentido, cabe ressaltar que a categoria de análise de gênero abordada neste artigo tem como perspectiva uma conjuntura histórica e social. Nesta linha de reflexão, ao contextualizar a história do movimento feminista e o decorrer desse processo, a categoria gênero parte do princípio que numa sociedade capitalista a constituição do ser social “só é objetivada através do seu lugar no processo social de produção dos bens necessários a sobrevivência e na reprodução da

própria existência” (ANDRADE, 2000, p. 21 *apud* MATOS, 2009, p. 58), que está vinculada à conjuntura do antagonismo das classes sociais e nas relações hierarquizadas entre os seres humanos. Ou seja, “O conceito de gênero como forma sócio-histórica de desigualdade entre mulheres e homens chama atenção para outras categorias de diferença que se traduzem em desigualdade, tais como raça e classe, e coloca a questão de como elas se cruzam”. (STOLCKE, 1991, p. 104)

É a partir da abordagem combinada das categorias sociais: gênero, classe, raça/etnia, idade, orientação sexual, dentre outros, que se tem, conforme Teles (2006, p. 50), “ingredientes que compõem a identidade e a diversidade”.

Para Souza e Veloso (2015), quando se pensa nas relações de gênero o que se deve levar em conta não são as diferenças entre homens e mulheres, e sim as desigualdades vivenciadas nessa relação. Conforme os autores:

[...] o problema não reside nas diferenças entre homens e mulheres, e sim na transformação dessas diferenças em desigualdades, ou seja, quando se fala em gênero, está se referindo a um determinado modelo de relação entre homens e mulheres marcado tendencialmente pela desigualdade da inserção social destas em relação àqueles. (SOUZA; VELOSO, 2015, p. 165)

Nessa concepção de gênero destacamos autoras como: Joan Scott, Guaraci Lopes Louro e Heleieth Saffioti. Logo, a perspectiva de gênero adotada por Scott (1995) fomenta que se torna imprescindível esta análise acerca de gênero para um debate das relações de poder na sociedade capitalista. Louro (2007) salienta que a categoria gênero está além das diferenças biológicas entre mulheres e homens e tem um viés voltado a um contexto histórico social. Segundo Saffioti (2001, p. 126):

Cabe frisar que a categoria histórica gênero não constitui uma camisa de força, não prescrevendo, por conseguinte, um destino inexorável. É lógico que o gênero traz em si um destino. Todavia, cada ser humano – homem ou mulher – desfruta de certa liberdade para escolher a trajetória a descrever. O gênero, assim, apresenta sim um caráter determinante, mas deixando sempre espaço para o imponderável, um grau variável de liberdade de opção, determinada margem de manobra. Isto não equivale a afirmar que a mulher é responsável pela ordem patriarcal de gênero e por seus resultados,

simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.). (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599)

¹ Esse conceito pode ser definido como “a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e,

dentre os quais se situa a violência. Ao contrário, ao longo da história da humanidade, as mulheres têm oferecido muita resistência ao domínio masculino desde sua implantação.

Sendo assim, para Saffioti (1992, p. 188) os seres humanos optam a respeito do seu próprio gênero, pois não estão inertes em uma passividade, porém isso ocorre de maneira muito determinada, em uma conjuntura social, histórica e cultural vivenciadas por esses sujeitos. Essas relações de gênero estão assoladas em uma heteronormatividade enraizada por questões normativas, binárias e classificatórias dos seres humanos.

Para finalizar, ratificamos que para esse artigo a base teórica referencial e conceitual de gênero será a concepção de gênero relacional, social e historicamente imposto pela sociedade. Conforme a contribuição de Londa Schiebinger (2001, p. 46)

Gênero é mais propriamente usado para referir um sistema de signos e símbolos denotando relações de poder e hierarquia entre os sexos. Ele pode também referir-se a relações de poder e modos de expressão no interior de relações do mesmo sexo. [...] Ele é historicamente contingente e constantemente renegociado em relação a divisões culturais tais como *status*, classe e etnia.

Colaborando com a concepção de gênero a que defende-se acrescentamos a discussão proposta por Guacira Lopes Louro, para a qual não se pode negar o aspecto biológico, no entanto, deve ser enfatizada a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas. Conforme apresenta a autora “Não se trata de negar a materialidade dos corpos, mas sim de assumir que é no interior da cultura e de uma cultura específica que características materiais adquirem significados”. (LOURO, 2008, p. 22).

Por fim, acreditamos, tal como afirma Daniela Auaud (2006) que ao consideramos as relações de gênero como socialmente construídas, é possível perceber uma série de características socialmente tidas como “naturalmente” femininas ou masculinas, relacionadas especialmente às relações de poder.

2. SERVIÇO SOCIAL E A TRAJETÓRIA COM A TRANSVERSALIDADE DA CATEGORIA GÊNERO

A profissão de Serviço Social no Brasil tem sua gênese na década de 1930. O país, nesse período, vivenciava

um acirramento da questão social devido ao contexto mundial da crise da bolsa de valores de 1929.

Neste período, com a vinda de um grande contingente de pessoas aos centros urbanos, ocorre uma ampliação das expressões da questão social, como por exemplo: falta de escolas, habitações insalubres, aumento do desemprego, péssimas condições de saneamento básico gerando um aumento de doenças, dentre outras manifestações da questão social. Nesse cenário, o Estado e a classe burguesa em consonância com a Igreja Católica, a qual procurava restaurar seu *status* e poder, buscam ações caritativas e assistencialistas para amenizar as expressões da questão social.

Dessa maneira, inicialmente as ações das/os assistentes sociais estavam entrelaçadas ao contexto da Igreja Católica. O papel da Igreja Católica nessa época era de conduzir a população pobre a aceitar as desigualdades sociais, como benevolências de Deus, isto é, tendo como meta introduzir a adequação da nova classe trabalhadora no sistema fabril, sem questionamentos acerca da realidade social a qual essas pessoas estavam vivenciando. Como explanam Marilda Vilela Yamamoto e Raul Carvalho (2012, p. 135) quando enfatizam que:

A Implementação do Serviço Social [...] surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica. Possui em seu início uma base social bem delimitada e fontes de recrutamento e formação de agentes sociais informados por uma ideologia igualmente determinada. Contudo, o Serviço Social estava nutrido pelos pressupostos de São Tomás de Aquino, ou seja, também há uma reprodução das ações religiosas no cerne da profissão.

No ano de 1932, nasce o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), na cidade de São Paulo que foi base para a criação dos Centros Operários que tinham como objetivo orientar as trabalhadoras através de “moças formadas” com aulas de higiene, artesanatos e auxiliando nos conflitos dos núcleos familiares, (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012). As orientações ofertadas pelas “moças formadas” tinham um viés moralista e conservador. No ano de 1936 surge a primeira Escola de Serviço Social no Brasil, sendo fundada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo –PUC/SP.

Nas décadas que seguem, o Serviço Social passa por um processo de mudança profunda em todas as suas dimensões, processo que ficou conhecido, na América Latina, como Movimento de Reconceituação. Tal

movimento trouxe para o interior da profissão uma perspectiva crítica diante da realidade social, assim como a percepção da categoria profissional de que não há neutralidade na *práxis* profissional em um sistema capitalista e, neste sentido, as/os profissionais se reconhecem do lado da classe trabalhadora e como parte constituinte das/os trabalhadoras/es.

Contudo, o debate de gênero na categoria profissional do Serviço Social tem uma maior intensidade a partir da década de 1990 e até os dias atuais tem despertado em diversas/os profissionais uma maior aproximação com a temática e provocado no interior da profissão a compreensão de gênero como um tema transversal, perpassando o cotidiano de formação e intervenções profissionais. No bojo do debate, florescem questões acerca das diferenças sexuais, da subordinação da mulher, da divisão sexual do trabalho, das expressões de violência contra a mulher que a partir de uma percepção da categoria gênero tomam um novo formato. Busca-se a superação do essencialismo, pois precisamos rejeitar a qualidade fixa e permanente da oposição binária para alcançar uma historicidade e uma desconstrução genuínas dos termos da diferença sexual (SCOTT, 1995).

Colaborando para que compreendamos a importância de se ter em vista uma formação profissional que volte seu olhar para as relações de gênero, recorremos a Teles (2006, p. 60) a qual argumenta que:

Gênero representa um avanço que passa a ser um instrumento necessário para estudar as desigualdades sociais, para perceber e aprofundar as relações de poder, os significados e símbolos de corpos e sexos, a formulação de noções, ideias e valores nas diversas áreas dos setores sociais.

Ainda, tendo em vista o contexto histórico em que estamos inseridas/os, Saffioti (1992) nos alerta que as relações constituem uma totalidade dialética, composta por partes distintas que interagem de forma orgânica e reproduzem concepções de gênero internalizadas por homens e mulheres. Nesse viés, é possível compreender que o machismo não se manifesta somente por atitudes dos homens, mulheres também o reproduzem.

Com isso, acreditamos que é imprescindível que as/os futuras/os profissionais de Serviço Social conheçam, discutam e lutem para mudar as situações de desigualdades de gênero no exercício de sua profissão.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

É importante destacar que os rumos de uma pesquisa, dependem do caminho metodológico que se vai seguir. A pesquisa proposta se caracteriza por ser descritiva, do tipo levantamento. Segundo Herivelto Moreira e Luiz Gonzaga Caleffe (2008, p. 70):

A pesquisa descritiva é um estudo de *status* que é amplamente usado na educação e nas ciências comportamentais. O seu valor baseia-se na premissa de que os problemas podem ser resolvidos e as práticas melhoradas por meio da observação objetiva e minuciosa, da análise e descrição. Muitas técnicas ou métodos de solução de problemas são incluídas na categoria de pesquisa descritiva.

Ainda, segundo os autores (2008, p. 77), “O levantamento (*survey*) é o tipo de pesquisa descritiva mais comum, que inclui a utilização de questionários, entrevistas e levantamentos normativos”. De acordo com Antônio Carlos Gil (2002, p. 42) a pesquisa descritiva, “[...] têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou ainda, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Conforme aponta o autor muitos são os estudos que podem ser denominados dessa forma, mas uma de suas características mais expressivas se refere à utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário.

Para a análise dos dados propõem-se uma abordagem qualitativa. Segundo Fábio José Rauen (2002, p. 58), “As pesquisas qualitativas de descrição são aquelas que não se conformam com os dados bibliográficos, confiam na notação qualitativa”. Portanto, não se contenta somente com descrever o fenômeno, mas também interpretá-lo.

Como técnica de pesquisa, neste trabalho utilizamo-nos da análise de dados secundários fornecidos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), por meio do Portal e-MEC (Cadastro de Instituições e Cursos de Educação Superior) e aplicação de questionário virtual direcionado às/aos coordenadoras/es de cursos de Serviço Social. Após a identificação dos cursos, junto aos sites ou via contato telefônico buscamos o nome de referência da coordenação do curso e a essas pessoas encaminhamos o questionário virtual via e-mail. O questionário foi repassado às/aos coordenadoras/es nos endereços eletrônicos da coordenação, conforme disposto no sítio da instituição e em caso de retornos de erros nas mensagens, realizamos novo contato

telefônico para solicitação de e-mail pessoal da/o coordenadora/r. O questionário encaminhado continha 14 perguntas. Dentre as quais: Qual o nome da instituição de ensino?; Qual o tempo de duração do curso; Qual a periodicidade do curso?; No curso de Serviço Social as discussões de gênero constam na grade curricular?; Se sim, em que disciplina?; Caso não estejam definidas em uma disciplina, onde se situam as discussões sobre as relações de gênero?; Desde quando essa temática é desenvolvida?; A instituição possui grupo de estudos sobre a temática?; Se sim, qual o nome do grupo?; O Serviço Social participa do grupo?; Qual a periodicidade dos encontros?; A coordenação de Serviço Social participa do grupo?; Caso tenha o grupo, os estudantes participam?

3.1. A discussão de gênero no Serviço Social: O que os resultados nos mostram

Inicialmente, a partir dos dados do e-MEC localizamos todos os cursos presenciais que estavam autorizados pelo Ministério no ano de 2015 no Paraná. Foram identificados 34 cursos devidamente autorizados, no entanto, ao buscarmos as informações desses cursos nas páginas eletrônicas das universidades e faculdades que os disponibilizava, observamos que 08 deles não estavam sendo ofertado no ano de 2015. Das 26 instituições que ofertam o Curso de Serviço Social no Paraná 9 são públicas e 15 são particulares. Quanto à duração, destaca-se que somente um curso é realizado em cinco anos, os demais têm um período mínimo de quatro anos. Salienta-se que a dinâmica dos períodos letivos é variada, prevalecendo períodos semestrais. Somente um dos cursos é realizado em quadrimestres.

Antes de iniciarmos a discussão dos resultados é importante informar que após o envio do questionário, obtivemos resposta de 15 (quinze) coordenadoras/es de curso, o que representa mais de 57% dos cursos em atividade no Paraná. Desta forma, acreditamos que as respostas representam um universo considerável para esta pesquisa.

3.2. O *locus* das discussões de gênero

Nesta seção é nosso objetivo evidenciar as questões e respostas do questionário aplicado que nos possibilitem

entender o espaço de discussão em que a categoria gênero ocupa nos cursos de Serviço Social do Paraná.

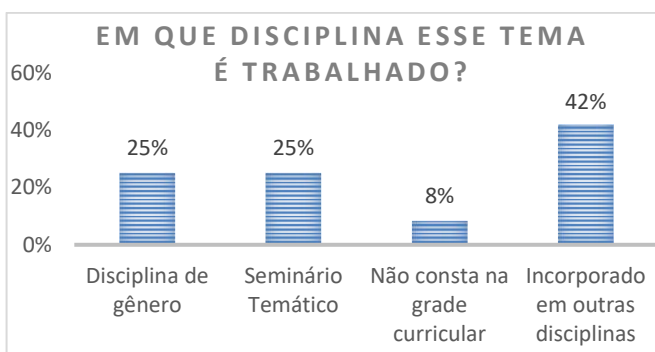
3.2.1. GRADE CURRICULAR DO CURSO E AS DISCUSSÕES SOBRE GÊNERO

No que se refere as discussões sobre gênero durante a formação acadêmica, 80% das respostas apresentadas informaram que essa temática vem sendo trabalhada na grade curricular dos cursos e 20% apresentaram resposta negativa. Diante desses dados podemos inferir que apesar de um quantitativo ainda representativo, a temática vem ganhando espaço na formação acadêmica do Serviço Social e faz parte dos debates cotidianos das/os futuras/os profissionais. Ademais, acreditamos que para que a/o profissional atue de maneira ética, respeitando os princípios do Código de Ética Profissional é necessário que conheça e reflita sobre as relações e desigualdades de gênero.

3.2.2. DISCIPLINA OU OUTRA ATIVIDADE DE DISCUSSÃO

Das doze instituições que responderam que as discussões de gênero constam na grade curricular, uma instituição não apresentou coerência na resposta à pergunta posterior a qual objetivava saber em qual disciplina o tema estaria incluído, desta forma essa resposta foi desconsiderada. Três instituições pesquisadas já possuem em sua grade curricular uma disciplina específica de gênero, sendo que uma delas informou que a disciplina contém uma carga horária de 80 horas. Outras três instituições informaram que trabalham a temática de gênero na disciplina de Seminários Temáticos, uma das instituições afirmou que a temática de gênero é disponibilizada aos discentes como disciplina optativa e as demais instituições informaram que a temática de gênero é abordada em algumas das disciplinas que constituem a grade curricular. O gráfico 1 apresenta os dados:

Gráfico 1: Nomenclatura da Disciplina

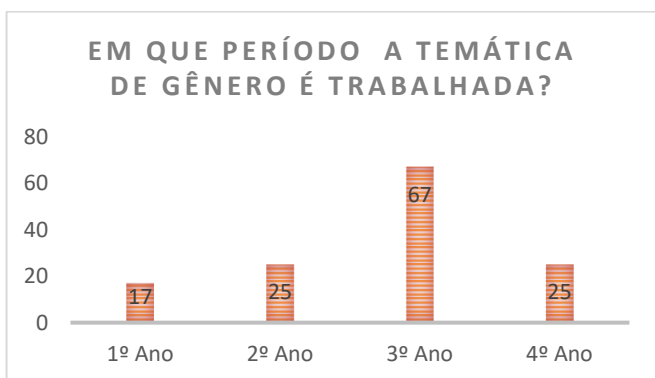


Fonte: Questionário aplicado as/aos coordenadoras/es dos cursos de Serviço Social, 2015 – Elaboração própria

3.2.3. PERÍODO EM QUE O TEMA É TRABALHADO

No gráfico a seguir observamos através das respostas que 67% dos cursos que contemplam a discussão de gênero trabalham essa temática no 3º ano do curso, sendo assim analisamos como positiva a introdução desse tema a partir do terceiro ano, pois é nesse período letivo, a partir do 5º semestre, que os discentes iniciam as atividades nos estágios curriculares. Logo, começam a interagir com a teoria e a prática, isto é, vislumbrar as várias expressões da questão social nos diferentes espaços sócio ocupacionais da/o profissional de Serviço Social. E nesse contexto as questões de gênero tornam-se latentes e passam a requerer o preparo para uma abordagem mais adequada junto às pessoas atendidas por estas/es estagiárias/os. Vejamos os dados apresentados no gráfico 2:

Gráfico 2: Período de trabalho sobre a temática



Fonte: Questionário aplicado as/aos coordenadoras/es dos cursos de Serviço Social, 2015 – Elaboração própria

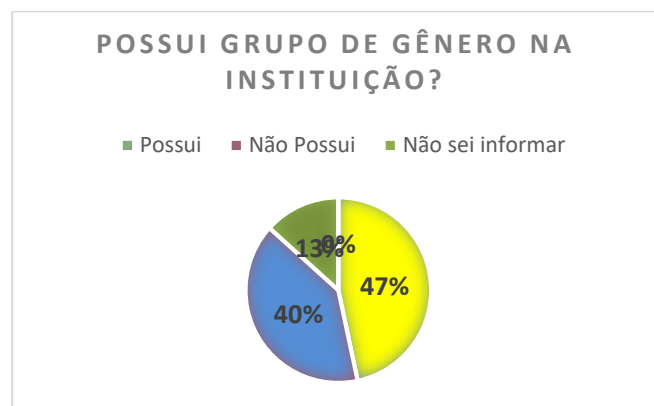
Destaca-se que das instituições que responderam ao questionário 58% informam que entre 2011 e 2015 a temática gênero começa a fazer parte das discussões acadêmicas nos cursos de Serviço Social e entre 2005 e

2010 temos um percentual de 33%, embora gênero está situado no Código de Ética desde o ano de 1993. Assim, podemos concluir que a abordagem da temática demorou mais de dez anos para se iniciar após a revisão do Código de Ética da profissão (1993). Nos restou o questionamento dos motivos que levaram a essa demora. Entretanto, a resposta para esse questionamento não será possível nesse momento, sendo sugestão para estudos futuros.

3.2.4. EXISTÊNCIA DE GRUPO DE ESTUDOS SOBRE GÊNERO NA INSTITUIÇÃO

Das quinze instituições que responderam ao questionário 47% informaram que possuem grupo de gênero, porém ao perguntarmos qual o nome do grupo somente três coordenações pontuaram nomes coerentes, as demais não souberam informar ou apenas descreveram estudo de gênero. Ao perguntarmos se o curso Serviço Social se fazia presente nesses grupos de estudos, seis das sete instituições que informaram que possuem grupo de estudos confirmaram a participação do Serviço Social nesse espaço.

Gráfico 3: Grupo de gênero na instituição



Fonte: Questionário aplicado as/aos coordenadoras/es dos cursos de Serviço Social, 2015 – Elaboração própria

Também foi observado que 53% das instituições ou não possuem grupo de estudos ou não souberam informar o que demonstra a falta de uma discussão mais complexa acerca das questões que envolve gênero. Em relação a periodicidade dos encontros dos grupos de gênero existentes na instituição temos um panorama de que 43% dos grupos tem encontros mensais; 28% semanais e 14% quinzenais. Em relação a coordenação participar dos encontros temos que 57% participam e 43% não participam. Em relação a participação dos discentes de Serviço Social os dados demonstram que 86% das/os alunas/os participam dos grupos e apenas 14% não participam. Esses dados demonstram que a instituição que proporciona um grupo de estudo sobre gênero tem

grande participação das/os estudantes, o que podemos analisar como um campo de estudos que potencializa a participação das/os discentes e pode provocar um debate contemporâneo e enriquecedor para a formação profissional dessas/es estudantes.

4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ao observarmos a trajetória do Serviço Social como profissão reconhecida e inscrita na divisão sócio técnica do trabalho, é possível identificarmos uma história de avanços, conquistas e grandes desafios. Pensando no significado social da profissão entendemos que este se dá essencialmente pelo seu principal objetivo que é o asseguramento de direitos. A partir dessa prerrogativa, além do conhecimento dos dispositivos legais, é fundamental o conhecimento das desigualdades e das situações em que os direitos vêm sendo violados. Pensando na formação acadêmica, podemos questionar: Como a/o profissional poderá desenvolver ações que visem à igualdade de gênero, classe e raça se em sua formação não forem discutidas as formas que essas desigualdades, muitas vezes sutis, se fazem presentes no cotidiano?

Nesse sentido, acreditamos que a formação profissional da/o assistente social deve perpassar uma formação que tenha um olhar de gênero, compreendendo que essa categoria, interseccionada com classe e raça, deve fazer parte da análise da realidade social.

Ao nos determos nos avanços da profissão a partir da década de 1990, é importante lembrarmos que houve a criação e alteração de importantes aparatos legais que

regem e dão novos rumos à profissão, dentre eles citamos: a consolidação da Seguridade Social, instituída a partir da Constituição Federal de 1988 e composta pelo tripé previdência, saúde e assistência social; e a constituição do Projeto Ético Político, construído com a participação ativa da categoria profissional, o qual a partir do Código de Ética de 1993, da Lei de Regulamentação da profissão (Lei 8662/93) e das Diretrizes Curriculares de 1996, define e normatiza direitos e deveres profissionais. Com a definição e alteração desses documentos, importantes subsídios para *práxis* profissional, temos especialmente delimitada a categoria gênero.

Entretanto, como notamos nas respostas apresentadas, a temática tardou a fazer parte das discussões acadêmicas do Serviço Social e ainda não é um tema unânime em todos os cursos. Com base nos resultados apresentados nesse artigo, observamos que a temática vem sendo inserida na formação acadêmica das/os assistentes sociais. Todavia, essa inserção é recente. O que nos leva a sugerir que atividades de capacitação contemplando a discussão sobre as relações gênero sejam constantes para os/as profissionais com formação mais antiga, visto que possivelmente estes não tiveram em sua formação acadêmica a possibilidade de debate dessa temática.

Ainda, salientamos a importância de que essa categoria tenha *lôcus* na formação acadêmica das/os futuros/as profissionais. Conforme observamos, os dados obtidos evidenciam que gênero não é uma discussão isolada, mas sim se faz presente de maneira transversal e necessária na grade curricular do curso de Serviço Social, tendo em vista as transformações das expressões da questão social e as novas configurações do trabalho.

REFERÊNCIAS

AUAD, Daniela. *Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola*. São Paulo: Contexto, 2006.

CFESS. *Código de Ética do Assistente Social*. Brasília: CFESS, 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em 15 set. 2015.

CFESS- ABEPSS. *Diretrizes Curriculares do Serviço Social*. Brasília: CFESS, 1996. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes.pdf>. Acesso em 15 set. 2015.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set. /dez. 2007. Tradução de Fátima Murad. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>>. Acesso em 28 mai. 2015.

IAMAMOTO, Marilda. Vilela. *Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional*. São Paulo, Editora: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, Marilda. Vilela; CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-*

metodológica. 36 ed. São Paulo, Editora: Cortez, 2012.

KERGOAT, Danièle. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In LOPES, M.J.; MEYER, D. E WALDOW, V. (Orgs) *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes médicas, 1996.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. *Revista Katálysis*. Florianópolis. V. 13, n. 1, p. 66-75, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/08.pdf>. Acesso em 05 de setembro de 2015.

MIRALES, Rosana. Desigualdades de gênero e formação do assistente social. *Revista Alamedas – Revista eletrônica do NDP*, v. 1, n 1, jan./jun. 2006. Disponível em: http://www.unioeste.br/ndp/revista/docs/artigo_rosana.pdf Acesso em 09 de setembro de 2015

MOREIRA, Maria Regina de Ávila. et. al. *O lugar de gênero na formação da/o assistente social*. X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. *Anais*, dezembro de 2006, Recife Brasil. Disponível em <http://www.cpihts.com/PDF05/O%20lugar%20de%20g%C3%AAnero%20na%20forma%C3%A7%C3%A3o%20do%20AS.pdf> Acesso em 16 de set. 2015.

MOREIRA, Herivelto; CALEFE, Luiz Gonzaga. *Metodologia da pesquisa para professor pesquisador*. Rio de Janeiro: DP&A , 2006.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Proposições*, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf> >. Acesso em 09 set. 2015.

RAUEN, Fabio José. *Roteiros de investigação científica*. Tubarão: Unisul, 2002.

SAFFIOTI, Heleieth, “Rearticulando Gênero e Classe”. In: COSTA. Albertina e BRUSCHINI, Cristina (org.). *Uma questão de Gênero*. São Paulo: Rosa dos Tempos e Fundação Carlos Chagas. 1992.

SCOTT, Joan. O gênero como uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, V. 20, n. 2: p. 71-99, jul/dez 1995.

SOUZA, Vanessa Bezerra de; VELOSO, Renato. *Gênero e Serviço Social: desafios para uma abordagem crítica*. São Paulo: Saraiva, 2015.

STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade. *Revista Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, n.20, p. 101-119, jun/1991.

SCHIEBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru: Edusc, 2001.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *O que são os direitos humanos das mulheres?* Brasília: Editora Brasiliense, 2006.

YASBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: *Serviço Social: direitos e competências profissionais*. Brasília: CFESS-ABEPSS, 2009.